

LIVROS CONTRA A DITADURA:

A EDITORA BRASIL DEBATES
E A DISSIDÊNCIA DO PCdoB¹

Flamarion Maués²

No final dos anos 1970, no curso do processo de abertura política do regime instalado após o golpe de 1964, o então ainda clandestino Partido Comunista do Brasil (PCdoB) decidiu criar uma editora da organização. O objetivo principal era editar livros que pudessem divulgar as idéias do partido e que contribuíssem para a denúncia da ditadura, de modo a ampliar a área de influência do PCdoB e dar às suas bases instrumentos consistentes para a agitação e o debate político-ideológico.

Essa decisão se dava num quadro, do ponto de vista editorial, bastante dinâmico e revigorado, uma vez que a partir de meados da década de 1970 havia se iniciado um grande incremento da indústria editorial brasileira, entendida aqui como aquela que produz livros. E um dos segmentos que se destacaram nesse crescimento foi o dos livros de oposição ao regime civil-militar, que se enquadram no que se pode chamar de

literatura política: clássicos do pensamento socialista, obras de parlamentares de oposição, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, livros-reportagem, memórias, romances políticos, romances-reportagem, livros de denúncias contra o governo. Esse segmento ganha impulso mais significativo a partir de 1977-1978, com o retorno à cena pública do movimento estudantil e do movimento sindical, em particular com as greves no ABC paulista, e o avanço da campanha da Anistia.

Assim, a partir de meados da década de 1970 ocorreu uma revitalização de editoras com perfil marcadamente político e de oposição à ditadura iniciada em 1964. Editoras já estabelecidas, como a Civilização Brasileira, a Brasiliense, a Vozes e a Paz e Terra, voltaram a atuar de forma bem mais ousada politicamente, editando livros que tratavam de temas que punham em questão a ideologia, os objetivos e os procedimentos do regime de 1964 ou, ainda, cujos autores faziam oposição ao governo. Entre estes destacavam-se parlamentares de oposição, ex-exilados e ex-presos políticos. Ao mesmo tempo, novas editoras surgiram com um projeto muito parecido, e muitas vezes criadas com objetivos políticos. Alguns exemplos são as editoras Alfa-Ômega, Global, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Codecri, Edições Populares, Graal, Vega e Livramento, entre outras.

O que caracterizava o conjunto das editoras de oposição era seu perfil e sua linha editorial claramente oposicionista, sem que isso implicasse que elas tivessem necessariamente vinculações políticas explícitas. No entanto, muitas, mas não a sua totalidade, mantinham vínculos estreitos com organizações políticas. E, em certos casos, algumas delas surgidas nos anos 1970 e 1980 foram até mesmo criadas por partidos ou grupos políticos, vários deles na clandestinidade ou na semiclandestinidade. Dessa forma, as empresas que tinham vinculações com organizações políticas se caracterizavam como editoras de oposição *engajadas*, formando um subgrupo dentro do conjunto mais amplo das editoras de oposição. Este é o caso da Editora Brasil Debates, que aqui será abordada.

As origens

A Editora Brasil Debates foi fundada em julho de 1979. Em finais de 1978 ou começo de 1979, o PCdoB tomou a decisão de criar uma editora. De acordo com Ozeas Duarte, o dirigente designado pelo Comitê Central (CC) do partido para implementar essa proposta, esse foi o ponto de partida para o que viria a ser a Editora Brasil Debates. No entanto, durante o processo de criação da empresa houve uma ruptura política no partido, que levou ao surgimento da Dissidência do PCdoB (ou Esquerda do PCdoB), grupo que

acabou por se separar da organização, a criar o clandestino Partido Revolucionário Comunista (PRC)³ e posteriormente entrar para o Partido dos Trabalhadores (PT). Esse grupo assumiu o projeto da editora para si, tornando-a parte da disputa interna que se travava no PCdoB.

A editora publicou seus primeiros títulos em 1979 e as edições regulares duraram até 1982. Nesse período editou dezoito livros e quatro números da revista *Teoria e Política*, totalizando 22 títulos. Seu livro de maior êxito foi *Projeto Jari: a invasão americana*, de Jaime Sautchuk, Horácio Martins Carvalho e Sérgio Buarque de Gusmão, que vendeu cerca de 50 mil exemplares e teve várias reimpressões.

As principais fontes para reconstruir a história da Editora Brasil Debates são os depoimentos de pessoas que participaram diretamente da editora, além dos livros publicados por ela⁴. Além da entrevista com Ozeas Duarte, serão utilizados os depoimentos de quatro outras pessoas que participaram da editora. Carlos Eduardo Carvalho, economista, era militante do PCdoB e, em seguida, da Dissidência do PCdoB, e teve importante participação no começo das atividades da editora. José Carlos Giannini conheceu Ozeas Duarte na cadeia, onde estava por sua militância na Ação Libertadora Nacional (ALN). Convidado por Ozeas Duarte, passou a cuidar da parte comercial da empresa. Ao contrário dos demais entrevistados, nunca foi membro do PCdoB ou da Dissidência. Hoje é consultor de empresas em São Paulo.

Ronald Rocha era dirigente político do PCdoB e, posteriormente, da Dissidência e do PRC, e participou do processo de criação da editora. É escritor e jornalista. Por fim, Igor Fuser, professor e jornalista, que atuou em alguns dos principais veículos de imprensa do país. Na época em que a editora existiu, Igor era estudante universitário e militava na Caminhando, tendência do movimento estudantil vinculada à Dissidência do PCdoB.

O militante que virou editor

Ozeas Duarte de Oliveira foi a figura central da Editora Brasil Debates. Designado pelo CC do PCdoB para tirar do papel o projeto de criar uma editora para o partido, assumiu a tarefa de corpo e alma, fazendo que a questão da editora se inserisse na disputa interna pela qual passou a agremiação. Desse modo, quando se delineou a cisão que levou à formação da Dissidência do PCdoB como um grupo autônomo, externo ao partido, a editora que estava sendo criada acompanha esse movimento, ficou sob controle desse grupo, tanto política como administrativa e financeiramente.

Ozeas Duarte nasceu em julho de 1941, em Jucás, Ceará. Na adolescência, já era militante do movimento estudantil cearense. Ingressou no PCB

em 1961, partido com o qual rompeu por ocasião do golpe militar de 1964, ingressando no PCdoB. Era então aluno da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Foi designado delegado ao XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em outubro de 1968 em Ibiúna (SP), ocasião em que foi preso, mas não respondeu a processo. Ficou alguns dias detido em São Paulo e, posteriormente, foi enviado de volta a Fortaleza. Em 1969 veio morar em São Paulo, retomando os contatos com o PCdoB. Localizado pela repressão política naquele mesmo ano, passou à clandestinidade⁵. Esteve preso de maio de 1972 a março de 1976, quando obteve o benefício de livramento condicional⁶.

O começo da Brasil Debates

Há duas versões sobre a origem da Editora Brasil Debates. De acordo com Ozeas Duarte, “a editora surgiu em 1978-1979 como uma idéia do Comitê Central do PCdoB, quando os principais dirigentes, mais particularmente o João Amazonas [secretário-geral do PCdoB], estavam ainda na Albânia”⁷. Ele diz que os dirigentes, nesse período, “tinham a percepção de que estávamos num processo de crise da ditadura e já começavam a imaginar uma atuação legal do partido. Imaginaram a criação de um jornal e de uma editora”⁸.

Ozeas Duarte, que havia saído da prisão pouco tempo antes, por questões de segurança não esteve presente à VII Conferência do PCdoB, mas diz ter recebido do Comitê Central a determinação de organizar a editora.

Já Carlos Eduardo Carvalho diz que a idéia da editora surgiu em outro momento, já no âmbito da Dissidência do PCdoB⁹. Ronald Rocha se aproxima mais da versão de Carvalho, mas não descarta a possibilidade de a idéia ter surgido antes da Dissidência, e destaca que a pessoa que de fato conhece melhor essa história é, sem dúvida, Ozeas Duarte¹⁰.

Diante dessas versões conflitantes, não foi possível determinar qual delas tem mais consistência, uma vez que não obtive provas documentais que corroborassem uma ou outra¹¹. Temos aqui um caso em que se apresentam duas versões, fruto da memória dos participantes dessa história, que se contrapõem. Assim, esta fica como uma questão a ser resolvida quando surgirem novos depoimentos ou documentos que comprovem uma das duas versões.

O que aparece como uma possibilidade plausível, diante desses depoimentos, é que tenha havido uma decisão do CC do PCdoB de criar *uma* editora, e que Ozeas Duarte tenha sido designado responsável por essa tarefa. Mas com a intensificação das divergências no partido, o grupo que formará a Dissidência, ao qual Ozeas Duarte e Carlos Eduardo Carvalho estavam ligados, passa a dominar o projeto da editora, trazendo-o para a sua esfera de in-

fluência. E, em seguida, fundam a empresa já como um braço da Dissidência, sem mais nenhuma vinculação com a direção do PCdoB.

A corroborar essa versão há o fato de que, em virtude disso, o PCdoB resolve pouco depois criar a sua editora oficial, uma vez que aquela projetada inicialmente para cumprir esse papel passou para o campo da Dissidência e não obedecia mais ao comando do partido. Assim, em outubro de 1979, ou seja, quase ao mesmo tempo que os primeiros títulos da Brasil Debates vinham a público, é criada a Editora Anita Garibaldi¹², esta sim constituída como a editora oficial do partido.

Por trás dessa discussão sobre as origens da concepção da Editora Brasil Debates parece estar uma antiga disputa sobre a condução posterior desse projeto, e sobre a legitimidade de cada uma das partes para fazê-lo. A editora acabou ficando sob a direção de Ozeas Duarte, com a saída de Carlos Eduardo Carvalho da editora e da Dissidência do PCdoB.

De acordo com o depoimento de Ozeas Duarte, a solução encontrada pela direção partidária, ainda no âmbito do PCdoB, para viabilizar o projeto contou com a participação fundamental de uma militante do partido da Bahia, Maria Lúcia Caldas Santana de Castro, que se dispôs a financiar a editora:

Ela era uma militante relativamente endinheirada, que se dispôs não a dar o dinheiro para o partido, mas a colocar o dinheiro à disposição do partido. Era um empréstimo que não era a fundo perdido; algum dia o partido pagaria. A empresa seria legalmente dela, e o partido governaria a editora. (...) O partido na Bahia entrou em contato com o Comitê Central, que foi conversar com ela, acertou e me passou o contato. Ela morava em Salvador, então eu fui à Bahia para conversar com ela e acertar os detalhes. Na época, ela colocou à nossa disposição Cr\$ 1,5 milhão [de cruzeiros]¹³. Isso era um bom dinheiro para tocar o projeto. (...) Eu me lembro que comecei comprando e estocando dez toneladas de papel. (...) Havia uma inflação danada, e todo mundo estava estocando papel o quanto podia. Comprei um pouco e deixei estocado em uma gráfica. Se tivesse como estocar, teria comprado mais. E a Maria Lúcia aplicou o restante do dinheiro.

A documentação encontrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo confirma as informações de Ozeas Duarte. De acordo com a Ficha de Breve Relato da Editora Brasil Debates, a empresa foi criada em 9 de julho de 1979, com capital de Cr\$ 1,5 milhão, dos quais Cr\$ 1.440.000,00 referente a Maria Lúcia Caldas Santana de Castro e Cr\$ 60.000,00 a Milton Augustinis de Castro, companheiro de Maria Lúcia de Castro na época. Infelizmente, Maria

Lúcia de Castro se recusou a prestar qualquer informação sobre sua participação na editora Brasil Debates¹⁴.

A financiadora

Assim, por intermédio de um contato do CC do PCdoB, Maria Lúcia de Castro tornou-se a financiadora da editora, sócia majoritária da empresa, mas de fato não a dirigia.

Os recursos de Maria Lúcia de Castro não foram empregados de uma só vez na editora. Ela fez um repasse inicial de maior valor e fazia repasses menores de forma periódica, pois a parte do dinheiro que ficou em seu poder era colocada em aplicações financeiras.

Aqui é importante levarmos em conta também a versão de Carlos Eduardo Carvalho sobre como se deu o contato com Maria Lúcia de Castro. Carvalho afirma:

Minha participação inicial na editora foi decisiva porque fui eu quem trouxe a pessoa que financiou a editora, que proporcionou a viabilização financeira do projeto inteiro. Quem aproximou a pessoa que financiou a editora à Dissidência do PCdoB fui eu. A Maria Lúcia era uma pessoa de esquerda, militante, ligada ao PCdoB da Bahia. Ela tinha dinheiro porque herdara uma fazenda de cacau de seu pai. É de uma família rica, da região do cacau na Bahia. (...) A Lúcia era uma pessoa muito amiga minha, da época de adolescência na Bahia, de curso colegial. Quando eu entrei no PCdoB, ela também entrou, algum tempo depois.

Percebe-se que temos aqui uma continuidade das discrepâncias entre as versões de Ozeas Duarte e de Carlos Eduardo Carvalho. Enquanto o primeiro afirma que foi a direção do PCdoB que lhe passou o contato com Maria Lúcia de Castro, o segundo, que tinha relações pessoais com a financiadora, afirma que já a apresentou a Ozeas Duarte como membro da Dissidência e para que ela financiasse um projeto desse grupo, ou seja, quando o processo de rompimento com o PCdoB já estava em andamento. O que pode ter acontecido é que o contato inicial feito com Maria Lúcia de Castro pela direção do PCdoB, possivelmente por intermédio de Carvalho, tenha ocorrido ainda no momento em que não se delineara a ruptura da Dissidência com o partido. Mas, antes que se desse a constituição da editora, ocorreu a cisão que levou ao surgimento da Dissidência. Como o projeto da editora estava sob a responsabilidade de Ozeas Duarte, que se tornou um dos líderes da Dissidência, e Carlos Eduardo Carvalho se vinculou a esse grupo, ele acabou trazendo o apoio de Maria Lúcia de

Castro para a editora, no momento em que esta já era um projeto que se achava no âmbito de influência dos dissidentes e não mais do CC do PCdoB.

Assim, concretamente a Editora Brasil Debates acabou por se transformar em um projeto da Dissidência do PCdoB, mesmo que se aceite a versão de que ele tenha começado no CC do partido. Isso parece se confirmar neste trecho da entrevista de Ozeas Duarte:

Decidimos então [a Dissidência] fazer uma editora de debate. Desde que a Maria Lúcia concordasse. Se ela concordasse, eu assumiria a editora. Se ela não concordasse, não assumiria, pois não queria dirigir uma editora para publicar essa linha [da direção do PCdoB]. Eu fui discutir com ela. Isso já foi uma decisão entre nós [da Dissidência], não comunicamos isso a eles [a direção do PCdoB].

A participação de Maria Lúcia de Castro no projeto foi limitada e durou pouco tempo, como veremos à frente.

A escolha do dirigente responsável pela editora

Como vimos, Ozeas Duarte foi designado para dirigir a editora. A tarefa parece lhe ter sido comunicada por Sérgio Miranda, que na época era do CC do PCdoB, partido pelo qual foi deputado federal por Minas Gerais por quatro mandatos¹⁵. “Foi numa conversa de rua, um ‘ponto’, que ele me passou a orientação vinda da Albânia e o contato com a Maria Lúcia”, diz Ozeas Duarte¹⁶. “Acontece que, logo em seguida, já começou a luta interna no PCdoB. E eu me envolvi diretamente nessa disputa”, continua ele. Ozeas Duarte nunca antes havia tido qualquer experiência com edição de livros.

O relato de Carlos Eduardo Carvalho descreve um pouco dos conflitos surgidos nesse momento inicial da editora:

Na verdade, do jeito que havíamos pensado, eu deveria ter tido um papel mais ativo na editora. Essa era minha idéia, inicialmente. Mas, dadas as condições do centralismo da época, praticamente o Ozeas Duarte foi quem dirigiu o projeto desde o início.

A editora e a luta interna do PCdoB

Para entendermos melhor as questões políticas que determinaram as origens e os rumos da Editora Brasil Debates, antes mesmo que ela fosse formalmente criada, precisamos conhecer um pouco da história do PCdoB

na segunda metade da década de 1970. Aqui, vamos acompanhar a versão de Ozeas Duarte sobre esse assunto¹⁷:

Em dezembro 1976 havia ocorrido o massacre da Lapa, quando foram assassinados o Pedro Pomar, o Ângelo Arroyo, o [João Batista] Drummond e vários companheiros foram presos¹⁸. Aquele foi um desfecho imprevisto para a luta interna do PCdoB. Porque, na verdade, um pouco antes dessa reunião, eu estive com o Pedro Pomar [membro do Comitê Central e um dos dirigentes históricos do partido]. Eu era do Comitê Central e havia saído da cadeia em março de 1976. E o Pomar me informou que estava havendo uma luta interna. Porque a Guerrilha do Araguaia havia terminado em dezembro de 1973, com o massacre do comando da guerrilha. Nós já estávamos em dezembro de 1976, ou seja, haviam se passado três anos, e o Comitê Central ainda não tinha esclarecido o problema da guerrilha, não somente não tinha reconhecido formalmente que a guerrilha havia acabado como continuava a dar notícias sobre ela. (...) Com as mortes e as prisões ocorridas em dezembro de 1976, o grupo do João Amazonas ficou em maioria. Diante disso, nós avaliamos que essa maioria era ilegítima, porque não refletia a correlação de forças real que existia no Comitê Central. Portanto, consideramos que era necessário convocar um congresso do partido nesse momento, para informar as pessoas do que havia acontecido com a guerrilha, dar continuidade ao debate que estava havendo e eleger um novo comitê central. E ver qual seria o caminho do partido daí por diante.

A editora passa a fazer parte desse debate e da disputa política que ocorre no partido. Para Ozeas Duarte, seria com base no resultado desse congresso que se deveriam tomar várias decisões, inclusive sobre a editora. “Fazer uma editora sem essa discussão era, naturalmente, já aplicar uma determinada linha política, que era a linha da minoria. Isso foi objeto de uma polêmica acesa no Comitê Central”, diz ele. E nessas discussões o grupo que viria a formar a Dissidência apoiava a idéia de que a editora deveria ser de debates, e não simplesmente para a divulgação da linha oficial do partido.

A divergência se cristalizou quando a direção explicitou que seu projeto era fazer uma editora estritamente partidária, para publicar documentos do partido e livros que fizessem proselitismo imediato de suas idéias. Assim, a proposta era que o primeiro livro a ser publicado fosse uma obra de Enver Hoxha¹⁹, *O imperialismo e a revolução*, que já havia sido editada em Portugal, como Ozeas Duarte testemunha:

O partido português colocara os fotolitos à disposição. E nós rejeitamos isso sob todos os pontos de vista. Do ponto de vista teórico, porque o livro era um

absurdo, era completamente dogmático e inadequado. Era também um livro que fora composto em Portugal, com o português de Portugal. Nós achávamos que não era correto editar esse livro no Brasil²⁰. Tudo bem que até se publicasse o livro, mas que houvesse uma discussão, um debate em relação a ele. E que se publicassem outros livros sobre a situação internacional. Mas eles recusaram, evidentemente.

A Dissidência²¹

Em virtude dessas divergências, que se cristalizaram na questão da convocação do congresso do partido, começa a se organizar o grupo que irá a constituir a Esquerda do PCdoB, e que ficou mais conhecido como Dissidência do PCdoB. Os dissidentes provinham principalmente dos comitês regionais e frações da Bahia, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo²².

Por que, então, com as divergências já acentuadas, a direção do PCdoB resolveu designar Ozeas Duarte, que acabou por ser um dos líderes da Dissidência, como responsável pela editora? Para Ozeas Duarte, isso ocorreu porque, aparentemente, a direção, que estava em maioria numérica em virtude do “massacre da Lapa”, ainda tinha expectativa de se compor com os dissidentes. “O fato de eles passarem a editora para minha responsabilidade reflete isso. Eu sempre fui um militante disciplinado e eles deviam estar contando com isso”, afirma ele.

Nesse momento a Dissidência ainda não estava organizada como grupo. O que havia eram os membros da futura Dissidência no Comitê Central – quatro, entre doze –, além de outras pessoas discordantes nos estados. Foi então que se deu o passo para a concretização da Dissidência, de acordo com Ozeas Duarte:

Propusemos uma linha de debates para a editora; foi a voto no CC e eles venceram. Então, quando saímos da reunião, fomos procurar a Maria Lúcia, decididos a propor a ela [que o comando da editora ficasse com a Dissidência]. (...) Fomos e discutimos com ela. Ela aceitou colocar o dinheiro na nossa mão, porque queria que a editora fosse mesmo de discussão. A partir disso, não demos mais satisfação a eles sobre a editora. Do ponto de vista prático, a editora deixa de ser do Comitê Central do PCdoB e passa a ser uma editora vinculada à Dissidência.

Aqui aparece uma divergência mais profunda entre os relatos de Ozeas Duarte e Carlos Eduardo Carvalho, como já destacamos. Para Carvalho, é a partir das discussões que levaram ao surgimento da Dissidência que a editora começa a ser organizada:

A idéia era que a editora veiculasse a discussão que a Dissidência queria colocar em evidência no Brasil, naquela época. O plano geral era esse. (...) Havia a idéia de ser algo amplo, mas que, ao mesmo tempo, tivesse a preocupação de ser uma editora que divulgaria o marxismo revolucionário.

[A discussão sobre a montagem da editora] se dá dentro da Dissidência. A Dissidência, nessa altura, não tinha exatamente uma direção. Então, criou-se uma direção que era formada pelo José Genoino, pelo Ozeas e pelo advogado Manoel Magalhães, que de fato era quem encaminhava as coisas. Eu sei que, por exemplo, o pessoal da Bahia rapidamente se afastou disso aí. Não engrenou. E também muito rapidamente eu saí da Dissidência.

Da mesma forma que Carvalho, Ronald Rocha afirma que a editora surge na própria Dissidência, mas observa que a versão de Ozeas Duarte também pode ser correta:

Foi a Esquerda do PCdoB [Dissidência] que de fato organizou a editora. Mas é possível que os primeiros contatos e iniciativas [sobre a editora] tenham ocorrido antes da cisão. (...) Agora, com certeza foi a Dissidência que montou a editora, mesmo que o plano original tivesse sido do PCdoB.

A ruptura pública

O grupo que formaria a Dissidência passa a divulgar publicamente os documentos sobre a Guerrilha do Araguaia e os debates que estavam ocorrendo no partido, principalmente por meio do jornal *Movimento*. Ozeas Duarte afirma:

Os militantes não sabiam nem que a guerrilha havia terminado. Nós achamos que era até um dever moral nosso informar aos militantes que a realidade era essa. Então, propusemos ao jornal *Movimento* publicar os principais textos da discussão do Araguaia no Comitê Central. E o jornal editou o debate. O *Movimento* era quase como o jornal oficial dos militantes do PCdoB. E isso instaurou a crise na base do partido. É basicamente a partir dessa crise que se consolida a Dissidência.

É dessa maneira que a divergência se torna pública em abril de 1979, quando o jornal *Movimento* divulga os documentos sobre a guerrilha²³. A Conferência na Albânia havia ocorrido em duas etapas, a primeira em outubro de 1978 e a segunda em janeiro de 1979. E de acordo com o depoimento de Ronald Rocha, a discussão sobre a editora não teria ocorrido na segunda fase da conferência, da qual ele participou. Sabemos também que a editora foi registra-

da na Junta Comercial em julho de 1979 e que seus três primeiros títulos foram lançados no último quadrimestre daquele ano (ver o tópico “Livros publicados”). E em setembro de 1979 a Dissidência promoveu a Reunião Nacional de Consultas e convocou o VI Congresso Extraordinário do Pcdob, acirrando o processo de *racha*²⁴. Portanto, ao que tudo indica, temos cerca de um ano entre a decisão do CC do PCdoB de criar uma editora, provavelmente em outubro de 1978, na primeira etapa da Conferência da Albânia, e a edição dos primeiros livros, já nos últimos meses de 1979. Nesse momento, a editora já estava totalmente montada e definida politicamente pela Dissidência do partido.

A editora

Em 9 de julho de 1979, pouco depois que as divergências se tornaram públicas, a editora foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o que mostra que sua organização como empresa está completamente inserida nesse período de disputa interna no PCdoB e de constituição da Dissidência. A editora funcionou efetivamente por pouco mais de três anos, de 1979 até 1982. Ozeas Duarte descreve o projeto da editora no momento de sua fundação:

O que seria a editora? Começa pelo nome: Brasil Debates. Para refletir esse espírito, ou seja, era uma editora não-oficial. Não seria feita estritamente para discutir a pauta da Dissidência, embora incluísse também essas questões. Visava ser ao mesmo tempo uma editora de levantamento das informações sobre o Brasil. Já que havíamos vivido uma longa época de censura, precisávamos saber o que era o Brasil, porque nós mesmos, da esquerda, estávamos desinformados. Havia um desejo nosso de saber o que havia acontecido. Falava-se, por exemplo, sobre o Projeto Jari, mas ninguém sabia o que era isso. A imprensa não publicava matérias nas quais pudéssemos confiar. Os problemas sociais, a reforma agrária, a violência, a questão indígena, o problema do menor, por exemplo. Uma série de temas.

Carlos Eduardo Carvalho complementa essa descrição, dizendo que a idéia era criar uma editora “de esquerda, ampla, e que vendesse livros de vários tipos, muito aberta. Enfim, que entrasse no mercado em faixas como as que as editoras Alfa-Ômega e Global²⁵ ocupavam na época”. E ao mesmo tempo, ressalta, “havia também o projeto de ser uma editora que expressaria o espaço político da Dissidência do PCdoB”.

Mas, novamente, Carlos Eduardo Carvalho apresenta versão diferente sobre outras questões referentes aos momentos iniciais da editora, principalmente no que diz respeito à sua estrutura gerencial e de comando:

Eu tinha a idéia de fazer uma editora que teria um colegiado de direção, em que estaríamos eu, a própria Maria Lúcia e o Ozeas. E o que acontecia, na prática, é que o Ozeas fazia o que queria, o que dava na cabeça dele. Ele resolvia as coisas e eu, depois, ficava sabendo dos fatos consumados. Ele agia com toda a desenvoltura de quem é o chefe, de quem manda na história.

Naquela altura era muito difícil definir [qual era a hierarquia na Dissidência]. Porque era uma desorganização muito grande. Mas na prática o Ozeas e o [José] Genoino agiam como direção nacional [da Dissidência] e passavam o trator por cima de todo mundo. E isso foi precipitando uma série de tensões. (...) No caso da editora, eu praticamente senti, a certa altura, que não tinha influência nenhuma, porque eu propunha coisas que não eram levadas em consideração. Eles vinham com projetos fechados. Tomavam decisões praticamente à revelia.

O projeto político e comercial

Parece claro que desde o começo a editora foi nitidamente um projeto político e que em nenhum momento houve um projeto de fato empresarial. As motivações partidárias prevaleceram, sempre. Mas, ao mesmo tempo, o fato de o grupo fundador da editora ter se desvinculado do PCdoB e criado a Dissidência fazia que a editora não tivesse efetivamente um partido que lhe desse respaldo, já que a Dissidência era um grupo pequeno e com pouca estrutura. Durante toda a fase inicial da Brasil Debates, a única fonte de sustentação foi a dos recursos de Maria Lúcia de Castro.

Dessa forma, os títulos escolhidos eram determinados em primeiro lugar pelo critério político-ideológico, mas também levavam em conta o fator comercial. Segundo Ozeas Duarte, os livros publicados eram analisados tanto por sua importância política como por sua viabilidade econômica: “Nós achávamos que o critério de ter público, ter mercado para o livro, era fundamental para que ele fosse publicado. Sempre fazíamos a conta da venda. O livro precisava nos dar uma segurança comercial”.

Havia, de certa forma, a idéia de que alguns livros com maior potencial comercial iriam subsidiar outros títulos que estavam mais estritamente associados ao debate ideológico. Nem sempre isso funcionava na prática. Como lembra Carlos Eduardo Carvalho: “Não havia nenhuma preocupação comercial com a editora. Havia preocupação, digamos assim, de um trabalho cultural amplo, a partir do qual nós supúnhamos que venderíamos livros para um público grande”. E complementa: “Tanto é que a editora nunca teve uma estrutura comercial que conseguisse suportar as conseqüências das iniciativas que foi tomando. Ela se inviabilizou, quebrou”.

Nesse ponto é também importante o testemunho de José Carlos Gianini, que não era membro do PCdoB e integrou-se à editora quando ela já estava em funcionamento, para cuidar da distribuição e venda dos livros.

A idéia de ter uma editora, de ter a revista [*Teoria e Política*], era fundamentalmente de galvanizar um pouco essa esquerda que estava voltando do exterior, que estava saindo dos presídios. Enfim, que estava meio sem opção, não tinha afinidade com o partido reformista, o Partidão [PCB]. A idéia era de, em torno dessas idéias, de crítica ao stalinismo, ao centralismo democrático, flertar de uma forma mais aberta com a democracia. Mas sempre dentro de uma visão marxista; não se colocava a questão de abrir mão do marxismo como metodologia de análise do capitalismo. E, em torno disso, formar um partido revolucionário, já em outros moldes, diante da nova realidade política que o Brasil estava vivendo, que já era o processo de abertura.²⁶

Capital da empresa

Para a criação da Brasil Debates o capital inicial, como vimos, foi fornecido pela militante Maria Lúcia Caldas Santana de Castro. A partir de certo momento, lembra Ronald Rocha, houve também outros colaboradores que ajudaram financeiramente a editora. “Houve outras contribuições, inclusive várias pessoais. A minha mãe, que era do PMDB, também deu uma ajuda em dinheiro. (...) Havia integralização de capitais como cotas. Mas também havia contribuições como meras doações, sem contabilizar”, diz ele. Mas parece claro que durante o primeiro ano de atuação o capital fundamental da editora foi o propiciado por Maria Lúcia de Castro e aquele oriundo das vendas do livro *Projeto Jari*.

Em um segundo momento, a partir de meados de 1980, Maria Lúcia de Castro decide não mais financiar a editora, em função de discordâncias políticas. E pede que lhe seja devolvido o montante repassado até aquele momento. Quando isso ocorreu, de acordo com a versão de Ozeas Duarte, houve um acordo entre as partes, em que todos assumiram perdas, como veremos a seguir. Como Maria Lúcia de Castro foi quem entrou com mais dinheiro, podemos supor que foi ela quem mais perdeu. Infelizmente, como já informado, não se pôde confirmar essa informação com a própria Maria Lúcia de Castro.

Esse foi um momento crítico para a Brasil Debates, pois sua fonte de recursos para continuar funcionando secou. Por que isso ocorreu, por que Maria Lúcia de Castro se afastou? É certo que os motivos são políticos, mas há diferenças na forma de analisá-los. Para Ozeas Duarte, ela se desiludiu

completamente com a esquerda comunista. Apesar disso, faz questão de ressaltar que Maria Lúcia de Castro foi uma pessoa muito correta na relação com a editora.

Carlos Eduardo Carvalho aponta alguns problemas que podem ter levado à saída de Maria Lúcia de Castro:

Creio que, a uma certa altura, ela se sentiu muito marginalizada, muito posta de escanteio, e ficou muito chateada com a história toda. Porque ela estava dando o dinheiro, e estava sendo posta de lado. E havia uma centralização muito forte em torno do Ozeas. Ela entrou com o dinheiro achando que seria partícipe do projeto. E ela se sentia excluída, como eu. Portanto, em determinado momento, pelo que eu me recordo das palavras dela, ela se sentiu meio como que fazendo papel de boba. Ela estava muito aborrecida.

Por isso, Carvalho acredita que a saída de Maria Lúcia de Castro do projeto da editora vai bem além do aspecto econômico, representando também uma recusa política aos métodos dos dirigentes da Dissidência: “De onde veio o desencanto da Lúcia? Não foi do processo ‘político’ da própria editora, ou seja, das relações do comando da editora com ela?”, pergunta ele. “Se for assim, o que eu defendo, o afastamento dela é reflexo da prática burocrática e centralizadora da direção da Dissidência, do Ozeas e da sua turma”, completa Carvalho.

Assim, para Carlos Eduardo Carvalho, a saída de Maria Lúcia de Castro da editora é a manifestação de uma divergência política, a qual terá graves conseqüências para o projeto da editora, pois retira dele a base material que permitira seu surgimento e sua manutenção no primeiro ano de existência, e põe em risco a própria continuidade da empresa.

É nesse momento que aparece como novo financiador o advogado Carlos Manoel Pestana de Magalhães, chamado pelos amigos de Manoel Magalhães, que assume a dívida da editora com Maria Lúcia de Castro e passa a ser o sócio majoritário da empresa²⁷. Na definição de Ozeas Duarte, tratava-se de “um leninista gaúcho, um grande conhecedor da obra de Lenin. E ele entrou com o dinheiro para comprar a parte da Maria Lúcia de Castro, a parte que ela havia colocado na editora. Nós fizemos o negócio em parcelas mensais”.

De fato, recorrendo novamente à documentação da Junta Comercial do Estado de São Paulo, verificamos que Maria Lúcia de Castro e Milton de Castro (companheiro de Lúcia) se retiram da empresa em 8 de julho de 1980, ou seja, um ano após o registro da empresa na Junta, e entram como novos sócios Carlos Manoel Pestana de Magalhães (com Cr\$ 1.440.000,00) e sua esposa, Joana D’Arc Viera Neto (Cr\$ 60.000,00).

Organização da editora

O processo inicial de organização da Brasil Debates seguiu o que parece ter sido um modelo para várias editoras de oposição que surgiram naquele momento, ou seja, o contato e a aprendizagem com profissionais da área que tinham alguma afinidade política com o projeto que se pretendia iniciar. Assim, Ozeas Duarte procurou alguns editores de esquerda para que lhe dessem indicações de como começar o negócio. Entre eles, Fernando Mangariello, da editora Alfa-Ômega, Analdino Paulino Rodrigues Neto, das Edições Populares, e José Castilho Marques Neto, da Kairós, além de Clouset, da Livraria Zapata – na época uma importante livraria existente na cidade de São Paulo especializada em livros de esquerda –, e do jornalista Granville Ponce, que havia sido editor da revista *Veja*. Foi por meio deste último que Ozeas Duarte teve contato com algumas pessoas da área de arte da Editora Ática, que também ajudaram no projeto da Brasil Debates, principalmente o artista gráfico Ary Normanha²⁸, que acabou por ser um dos principais colaboradores da editora, fazendo todas as capas e o logotipo da empresa.

A editora funcionava na rua Pedroso de Morais, no bairro de Pinheiros, em São Paulo. Lá basicamente ficavam Ozeas Duarte, Maria Neuma Barreto Cavalcante, esposa de Ozeas Duarte, e José Carlos Giannini. Ozeas Duarte lembra:

A Neuma cuidava de toda a parte burocrática: emissão de notas fiscais, correspondência, etc., enfim, secretariava tudo. Contratamos um contador, que era prestador de serviços. O Giannini cuidava da parte comercial, a gerência de estoques, essas coisas. E eu era o editor, garimpava originais, consultava os colaboradores, tratava com diagramadores, gráficas, etc. E fazia a relação com os bancos, [o contato] com a Maria Lúcia, etc. E havia o pessoal operacional. No total era pouca gente. Funcionários, mesmo, havia cinco. Os vendedores não eram funcionários, eram autônomos, recebiam comissão. (...) Eu trabalhava profissionalmente na editora. Mas a editora virou como que uma sede da Dissidência do PCdoB. Uma sede ofícosa. Nós não nos reuníamos lá, mas conversávamos. Ia um, ia outro.

José Carlos Giannini foi convidado a trabalhar na editora em 1980, algum tempo depois de iniciada a empresa, quando já havia sido lançado o livro *Projeto Jari*, e a revista *Teoria e Política* era ainda um projeto. “Era uma microempresa. E não havia ninguém que tivesse familiaridade com gestão e administração. Convidaram-me para cumprir essa função, para organizar melhor a comercialização da revista e dos livros e para organizar um pouco a questão das finanças”, explica Giannini.

Ozeas Duarte, Neuma Cavalcante e José Carlos Giannini se tornaram o núcleo da empresa. Os três eram assalariados, funcionários com carteira assinada da editora. “Trabalhávamos em tempo integral e ganhávamos mal”, lembra Ozeas Duarte. “Nós vivíamos desse salário. Eu me sustentava com o salário da editora”, afirma. Ele destaca ainda outro fator que fez a editora ir adiante:

Agora, foi um negócio apaixonante. Quer dizer, a atividade de editar livros... Nós acabamos nos apaixonando por isso, eu, a Neuma e o Giannini. Aquele prazer de escolher o original... Vamos dizer: qual é o livro quente para escolher agora? E existia uma demanda imensa. Um país completamente carente, um público querendo informação, querendo saber das coisas. (...) Depois, a edição propriamente do livro, não é? Você tem o original e fica imaginando como formatá-lo. E conceber com o Ary [Normanha] as capas. Ver como é que faz. A marca da editora. O nome Brasil Debates... como fizemos reuniões para fazer o nome Brasil Debates! Nós fazíamos *brainstorm*. Juntava a turma, aparecia de tudo, e depois íamos eliminando. A mesma coisa para o nome da revista, *Teoria e Política*. Fazíamos *brainstorm* com todo mundo. Juntávamos na sede da editora aquela turma de estudantes. Isso foi uma coisa que foi feita com muita participação. E nos empolgou politicamente. Íamos nos apaixonando pelo trabalho. Quando chegava aquele livro que você batalhou para sair... Vamos botá-lo nas ruas! Era um prazer enorme que tínhamos. Nós trabalhamos demais.

O fator político tinha uma incidência direta na organização da empresa, em suas prioridades e na maneira como era estruturada. O depoimento de Igor Fuser destaca isso:

Era precário [o funcionamento da editora]. Quer dizer, a editora era o partido [a Dissidência]. Eu ia à editora conversar sobre assuntos do partido com o Ozeas. Para mim, não havia diferença nenhuma entre o partido e a editora. A única diferença era que eu tinha consciência de que os livros custavam dinheiro. De que a editora não deixava de ser uma empresa. Embora fosse uma empresa do partido, era uma empresa. Ela não podia dar prejuízo, tinha que ser viável. Portanto, aquilo ali era levado a sério, por mais que nós fôssemos desorganizados.²⁹

A definição da linha editorial e dos títulos

Também nesse ponto o papel de Ozeas Duarte é central. Ele foi o con-

dutor das discussões sobre a linha editorial e as coleções da editora. E era ele quem dava a palavra final para a edição de um livro. Ozeas Duarte conta:

Em primeiro lugar, nós fizemos as coleções, as linhas. Tínhamos consciência de que havia uma grande curiosidade, um grande interesse na militância em relação à publicação de livros de esquerda, ou seja, havia uma grande demanda de livros de esquerda. Sabíamos que livros do Lenin, por exemplo, tinham boa saída, mas que uma editora não podia se sustentar com eles. Portanto, adotamos duas linhas. Uma linha que podemos chamar de mais "comercial", que não fosse claramente de esquerda, que seria coberta pelas reportagens, por livros de informação, de interesse de um público mais amplo. Era uma linha, vamos dizer, "comercial", mas era comercial simplesmente porque tinha uma vendagem maior. Na verdade, era também de esquerda. E essa linha dava sustentação à editora e fôlego para publicarmos a revista – porque criamos uma revista de debates, a *Teoria e Política* – e também livros como os do Lenin. Portanto, fizemos essas duas linhas.

Boa parte dos títulos publicados foi de livros encomendados, ou seja, livros que foram escritos por solicitação da editora. Outros títulos surgiram de trabalhos desenvolvidos por jornalistas para veículos de imprensa, principalmente da imprensa alternativa, em particular do jornal *Movimento*, e que acabaram sendo editados em livro, com mais detalhes e aprofundamento sobre os temas. Como lembra José Carlos Giannini, uma pequena editora acabava sendo uma alternativa para muitos autores.

De acordo com Ozeas Duarte, havia um núcleo que decidia quais livros seriam editados:

Conversávamos muito entre nós: eu, o Manoel Magalhães, o Carlos Eduardo [Carvalho], o Ronald Rocha, o Wladimir [Pomar, militante histórico do PCdoB e também dissidente do partido na época], o Julio [Cezar Garcia, colaborador e revisor da editora], o [José] Genoino. E, é claro, a Neuma e o Giannini, que estavam sempre ali, trabalhando juntos.

Carlos Eduardo Carvalho diz que eram poucas pessoas que efetivamente decidiam sobre isso: "Era um grupo muito pequeno. Quer dizer, eu tenho certeza de que havia um grupo maior, que o Ozeas articulava por trás, sem que nós soubéssemos de nada", afirma. "E a única pessoa que eu sei que fazia parte disso é o Manoel Magalhães. (...) Talvez o Ronald [Rocha], de Minas. Na verdade, havia um comando real, que mandava. Eu me sentia, na época, tratado mais ou menos como um semi-idiota. Esse era o sentimento", completa Carvalho.

A revista Teoria e Política

A revista trimestral *Teoria e Política* foi um dos projetos centrais da Brasil Debates, e tinha como objetivo ser um veículo de debates políticos voltado para a discussão teórica, intelectual, no campo marxista em que a Dissidência atuava. Ozeas Duarte afirma:

Nós resolvemos trazer um certo debate do movimento comunista internacional ao Brasil. Não era um debate sobre o movimento comunista de modo geral. A China e a Albânia, quando fizeram a dissidência com a União Soviética, formaram o grupo ML [marxista-leninista]. Havia os partidos ML em vários países. Nós estávamos dentro do campo do debate do ML, vínhamos daí e estávamos pautados neste debate. Não éramos simplesmente marxistas, no sentido *lato* da palavra. Além da União Soviética, havia já a dissidência em relação à União Soviética. Portanto, incluíamos o maoísmo na discussão, a experiência chinesa, a revolução cultural, etc. Era, portanto, um debate mais particular.

A idéia era que a revista não ficasse restrita à Dissidência e atraísse setores políticos e intelectuais próximos, com afinidades ideológicas. Isso se refletia no conselho editorial da publicação, que trazia vários nomes sem vinculação com a Dissidência³⁰, como Ozeas Duarte testemunha:

A revista agrupou uma turma que incluía os intelectuais ligados à Dissidência do PCdoB e também outros da universidade, sem ligações com a Dissidência. A revista era mais aberta porque incluía os temas brasileiros. E, do ponto de vista político, já estávamos no processo da fundação do PT, a partir de 1979. Nós participamos das greves do ABC, prestando solidariedade. E aí já entra a discussão do PT, já começa a surgir na própria revista. É o Brasil dentro da pauta da revista, o debate do Araguaia, o debate do combate à ditadura, a transição.

Do ponto de vista comercial, José Carlos Giannini diz que a revista era absolutamente deficitária. Nunca houve vendas de assinaturas. “Era vendida com esforço, mesmo. Era um projeto que não era muito simples, um projeto caro, extenso, com muita impressão, capa de qualidade”, diz ele. Para essa situação comercial certamente colaborava o fato de a revista ser muito teórica, com textos que apresentavam certo grau de dificuldade, e de ser editada no formato de livro. “Não tinha cara de revista. Além disso, a idéia era fazer uma discussão sobre a questão da revolução e do marxismo em um nível bem

aprofundado e intelectualizado. Quer dizer, o alcance da revista era, já por origem, pequeno”, diz Giannini.

Os livros publicados

A Brasil Debates, em seu período de atuação regular (1979-1982), lançou dezoito livros e quatro edições da revista *Teoria e Política*. A lista a seguir apresenta os livros de acordo com o ano em que foram lançados. Todavia, a seqüência cronológica dos lançamentos em cada ano pode ter sido diferente.

Estes foram os livros e revistas publicados pela Editora Brasil Debates:

1979

1. SAUTCHUK, Jaime; CARVALHO, Horácio Martins de; GUSMÃO, Sérgio Buarque. *Projeto Jari: a invasão americana*. (Coleção Brasil Hoje, v. 1)
2. MOURA, Clovis. *Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro*. (Coleção Brasil Memória, v. 1)
3. BASAGLIA, Franco. *A psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática. Conferências no Brasil*. (Coleção A Ciência e o Homem)

1980

4. LEVY, Nelson. *A crise do imperialismo e a revolução: análise crítica da teoria dos três mundos*. (Coleção Alicerces)
5. *A lição da greve. Chega de Pelegos! A grande lição da greve dos metalúrgicos de São Paulo. Balanço preparado pela Oposição Sindical Metalúrgica, setores das regiões Sul, Leste e Oeste*. (Coleção Cadernos Políticos)
6. CARVALHO, Murilo. *Sangue da terra: a luta armada no campo*. (Coleção Brasil Hoje, v. 2)
7. FUCHIK, Julius. *Testamento sob a força*.
8. CARELLI, Vicent e SEVERIANO, Milton. *Mão branca contra o povo cinza. Vamos matar este índio?*
9. LENIN. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. (Coleção Alicerces)
10. MARIGHELLA, Carlos; BORGES, Fragmon Carlos; ALVES, Mário; VALVERDE, Orlando; SCHILLING, Paulo; FACÓ, Rui. *A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. 2ª ed. (Coleção Brasil Estudos, v. 1)
11. POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. (Coleção Brasil Estudos, v. 2)
12. MAKLOUF, Luiz; AMAZONAS, João; MOURA, Clovis; MENDEZ, Arnaldo; POMAR, Wladimir; POMAR, Pedro. *Pedro Pomar*. (Coleção Brasil Memória, v. 2)

13. Revista *Teoria e Política*, n. 1.

14. Revista *Teoria e Política*, n. 2.

1981

15. MOURA, Antônio Carlos; SALEM, Helena; ANTERO, Luiz Carlos; MAKLOUF, Luiz; GUSMÃO, Sérgio Buarque de. *A igreja dos oprimidos*. (Coleção Brasil Hoje, v. 3)

16. LUPPI, Carlos Alberto. *Agora e na hora da nossa morte: o massacre do menor no Brasil*. (Coleção Brasil Hoje, v. 4)

17. OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil*. (Coleção Brasil Estudos, v. 3)

18. GENRO FILHO, Adelmo; ROLIM, Marcos; WEIGERT, Sérgio. *Hora do Povo: uma vertente para o fascismo*.

19. COSTA, Alcir Henrique. *Barão de Mesquita, 425: a fábrica do medo*.

20. Revista *Teoria e Política*, n. 3.

1982

21. KUCINSKI, Bernardo. *Abertura: a história de uma crise*. (Coleção Brasil Hoje, v. 5)

22. Revista *Teoria e Política*, n. 4.

Infelizmente, não se puderam obter dados mais detalhados sobre a produção e a vendagem dos livros. Em relação à produção, os dados se restringem basicamente às informações que constam dos próprios livros (profissionais envolvidos e gráficas em que foram impressos). Sobre as vendas de cada título, a fonte são as recordações dos entrevistados. E há um único consenso: o livro *Projeto Jari: a invasão americana* foi o grande *best-seller* da editora. O segundo livro mais vendido foi *A igreja dos oprimidos*, com cerca de 20 mil exemplares. E depois desses dois, os que mais venderam foram *Agora e na hora de nossa morte*, *A questão agrária no Brasil* e *Psiquiatria alternativa*, cada qual por volta de 5 mil exemplares. De acordo com Ozeas Duarte, normalmente as tiragens eram de 3 mil exemplares.

Situação econômica e dificuldades

No dia-a-dia, após a saída de Maria Lúcia, a editora funcionava basicamente com os recursos injetados mensalmente por Manoel Magalhães e com a receita que era gerada pelo catálogo existente. A situação mais comum era haver dificuldades para fechar as contas da editora a cada mês. Apesar das despesas da editora serem limitadas, “era difícil um mês em que não batíamos

à porta do Magalhães para fechar o caixa. Nunca houve uma situação confortável”, lembra Giannini.

Ele diz que os principais problemas de custos eram papel e gráfica, que subiam muito. Além disso, a falta de capital de giro foi uma constante na editora e não permitiu que se criassem condições para financiar a formação de um catálogo que gerasse um faturamento mensal mínimo. Os déficits mensais eram sempre cobertos pelos financiadores, primeiro Maria Lúcia e depois Magalhães, demonstrando que de fato a empresa nunca conseguiu equilibrar-se como negócio viável economicamente.

Fim das atividades

O último livro editado pela Brasil Debates foi *Abertura: a história de uma crise*, de Bernardo Kucinski, em 1982. As edições da revista *Teoria e Política* continuaram ainda por vários anos, pelo menos até 1991, com periodicidade irregular, mas nesses casos apenas se usava o nome da editora. Como projeto editorial e empresarial, considero que o fim da Editora Brasil Debates ocorre em 1982. Porém, legalmente, a empresa continuou existindo até 1988. Nos primeiros anos após o fim das edições de livros (1983, 1984), a editora ainda manteve um pequeno setor encarregado de comercializar os livros editados e em estoque. Depois, para pagar dívidas, o estoque foi todo vendido.

Para entender melhor como se deu a liquidação da empresa, precisamos ouvir o testemunho de Ozeas Duarte:

Para liquidar a editora tínhamos que acertar todas as nossas contas... Chegamos a um ponto em que não recolhíamos os direitos de Previdência dos funcionários. Então, ficamos com uma dívida na Previdência. Isso aí saiu do meu bolso. Eu passei a trabalhar [em outro emprego] e pagava todo mês para a Previdência. Uma parte do meu salário ia para isso. E, depois, nós encerramos. Isso já em 1988. Demoramos alguns anos para liquidar a editora. A revista continuou saindo, mas deixou de ser bancada por nós. Mas ela saía. Como a editora existia legalmente, ela só dava o nome. (...)

As causas do fim da editora

A saída de Maria Lúcia de Castro da editora, cerca de um ano após o início das atividades, e suas conseqüências econômicas para a empresa parecem ter sido o elemento detonador da crise que levou ao fim da Brasil Debates. E também, é certo, o fato de a editora não ter conseguido um equilíbrio

mínimo entre despesas e receitas. Ozeas Duarte apresenta uma avaliação que destaca as causas políticas:

A editora seria perfeitamente auto-sustentável. Naturalmente, para não precisar do aporte da Maria Lúcia ou do Magalhães, precisávamos criar um catálogo, chegar a sessenta ou setenta livros. E nós íamos caminhar para isso. Porque cada vez precisávamos menos da Maria Lúcia. Não usamos todo o Cr\$ 1,5 milhão que ela disponibilizou. (...)

A editora acabou porque teve racha político, não foi por questão comercial. A Maria Lúcia, a proprietária, deixou de militar, e foi aí que se selou o destino da editora. (...) Hoje é claro para mim que uma empresa que tem esse tipo de vinculação política, em que uma causa não-econômica é que motiva o investimento, mais cedo ou mais tarde vai sofrer as conseqüências.³¹

Nesse sentido, é preciso destacar, como salientou anteriormente Carlos Eduardo Carvalho, que a saída de Maria Lúcia de Castro da editora tem forte conotação política e pode ser vista como uma ruptura dela com o projeto político da Dissidência, e não apenas uma desilusão com a política em termos gerais. De acordo com essa interpretação, portanto, o fator político teria sido mesmo determinante para o fim da editora, não devido ao racha na Dissidência, mas sim aos métodos políticos postos em prática na organização e na editora, que levaram ao racha. Assim, desse ponto de vista, o racha é consequência desses métodos, que seriam de fato a causa do fim da editora.

A partir do momento da ruptura da financiadora original, como vimos, Manoel Magalhães tornou-se o sócio majoritário da empresa e passou a financiá-la. Mas, de acordo com Ozeas Duarte, Magalhães não tinha condições financeiras de substituir Maria Lúcia de Castro como provedor da editora. Com isso, tornava-se necessário que a empresa conseguisse se manter com os recursos gerados pelo catálogo existente, o que de fato não ocorria, e ainda gerasse recursos para contribuir de algum modo no acerto de contas com Maria Lúcia de Castro, afirma Ozeas Duarte. “Então, não deu”, continua ele. “Tivemos que partir para a liquidação da editora para, primeiro, fazer o acerto com o Magalhães, e depois, aos poucos, ir acertando as outras dívidas, até encerrar tudo. Foi o que aconteceu, ao longo de vários anos”, completa.

Na seqüência desse processo, Magalhães rompeu com a Dissidência e se afastou da editora. Segundo Ozeas Duarte, ele foi restituído de parte do dinheiro que havia aplicado na editora. “É claro que ele acabou perdendo dinheiro. Mas com a venda do estoque, nós terminamos as coisas sem pendências nessa área, chegamos a um entendimento no prejuízo”, diz Ozeas Duarte. Ele mesmo complementa:

Todo mundo saiu perdendo dinheiro nessa história da editora: a Maria Lúcia, o Magalhães, eu. Mas as contas foram acertadas de uma maneira a não restarem pendências. Houve, digamos, uma separação amigável. Todos sabíamos que não podia ser de outro jeito, não houve um ambiente de desconfiança, uma valorização propriamente capitalista do lado monetário. As pessoas foram despojadas, a começar pela Maria Lúcia. E como ela, o Manoel. É nesse sentido que eu digo que a Maria Lúcia recebeu [de volta] o dinheiro que colocou na editora. Na verdade, recebeu apenas uma parte, mas, digamos, ficou combinado que estava tudo encerrado, de comum acordo, sem briga. É isto.³²

Balanco da atuação da Brasil Debates

Aqui, é fundamental, mais uma vez, conferir os depoimentos dos protagonistas da história da Brasil Debates. Carlos Eduardo Carvalho destaca a oportunidade perdida:

A avaliação que eu posso fazer é sobre a origem da editora. Era uma oportunidade. O meu sentimento é que nós jogamos pela janela uma oportunidade excelente de fazer algo consistente. Porque havia dinheiro. A Lúcia era uma pessoa muito honesta. Portanto, era possível que tivéssemos conseguido criar uma estrutura que sobrevivesse, que tivesse, de fato, uma história prolongada. Esse é um elemento. Outro elemento é que houve muito amadorismo na formação. Muito pouca preocupação com a rentabilidade, com o mercado, em fazer uma coisa estruturada. E esse problema do centralismo, da falta de transparência, da dificuldade em envolver as pessoas. Enfim, o velho problema da democracia no nosso meio, não é?

Já Ozeas Duarte salienta a importância da editora para o grupo que formou a Dissidência, pois permitiu que conhecessem melhor o país real, após vários anos de clandestinidade ou de prisão, além de abrir um canal de contato com a intelectualidade. Atuou, concretamente, como um centro aglutinador da Dissidência. No seu caso pessoal, diz que foi importante por juntar a militância política com o trabalho. E foi também fundamental para que a Dissidência tivesse uma voz pública nos debates políticos, seja na disputa no PCdoB, seja na sociedade. E conclui com uma reflexão:

A importância da editora foi grande, mas também de caráter transitório. É que nós é que estávamos em transição. E com o concurso dela pudemos transitar, não de uma maneira apenas reativa, empírica, mas sim discutindo, exercendo a crítica, nos autocriticando, em suma, entendendo.

A relação política com o PRC é lembrada por Giannini:

Acho que não dá para falar da editora separada do projeto político. Essa é a dificuldade. (...) Era uma editora fundamentalmente do PRC. (...) Apesar das rupturas e dos avanços que ela propiciou dentro da esquerda, ela ficou presa em uma camisa-de-força, que era a questão da democracia. Ela precisaria ter tido uma ruptura maior com algumas questões mais de fundo, se aberto mais para a sociedade, se aberto mais para o meio político, para o meio não-marxista.

Ronald Rocha tem uma avaliação muito positiva da editora:

No período da transição conservadora, quando a esquerda ainda estava no subterrâneo, a editora serviu como um instrumento legal de divulgação de idéias de esquerda e de elemento organizador coletivo; organizador não no sentido simplesmente partidário, mas no sentido mais amplo, de reunir em torno de si militantes, intelectuais de esquerda, coisa que as organizações ainda clandestinas não poderiam realizar de maneira aberta. Nessa acepção foi um projeto revolucionário, voltado à divulgação de idéias marxistas e socialistas no momento específico que o país vivia.

Eu acho que a editora cumpriu seus objetivos, foi o ponto de apoio legal para um grande debate sobre a realidade brasileira, a situação política do país, as idéias transformadoras.

Uma avaliação também muito favorável é feita por Igor Fuser, que destaca o papel da editora para os militantes da Dissidência:

Era a editora do partido, era a nossa editora. Para nós, do movimento estudantil, era muito bom ter essa editora. Ela dava uma certa legitimidade ao nosso trabalho, atraía pessoas. (...) A sensação que tínhamos – se isso era verdade ou não, não cabe discutir aqui – era de que estávamos antenados, conectados com as grandes discussões, com o que havia de mais elaborado na esquerda mundial.

Conclusões

A Brasil Debates surge como iniciativa de uma organização política, que tomou a iniciativa de criar e administrar a empresa. Como vimos, não ficou totalmente claro se a decisão de fundar a editora foi do CC do PCdoB ou da Dissidência do PCdoB. Inclino-me mais pela primeira alternativa, que é apresentada por Ozeas Duarte, a pessoa apontada de modo unânime como a mais

bem informada sobre o assunto. De toda forma, não resta dúvida de que foi uma dessas duas organizações que tomou a iniciativa. Dessa forma, ela não nasce de uma vontade pessoal de seus proprietários ou gestores, mas sim de uma iniciativa que em sua origem é partidária.

Daí decorre um fator determinante para a história da empresa, a saber, o modo como foi obtido o capital para o início de suas atividades. Trata-se de capital investido a título político. Efetivamente, recursos pessoais de uma militante do partido que se dispôs a financiar o projeto, com a perspectiva de reaver o seu dinheiro mas sem a expectativa de lucro. Temos, na realidade, um misto de investidora e mecenas, que parece ter delegado plenos poderes à direção da Dissidência do partido para gerir o negócio.

Uma vinculação tão estreita, orgânica mesmo, com um partido político (já que a Dissidência se via como um partido e depois se transformou de fato em um, o PRC) criou algumas limitações à atuação da editora, no que diz respeito à sua própria concepção como empresa, uma vez que parece evidente nos depoimentos que o fator político sempre se sobrepôs a qualquer outro tipo de consideração, seja comercial, seja empresarial ou econômica.

Essa vinculação política implicou uma direção centralizada da empresa, consubstanciada na delegação de poderes para que Ozeas Duarte administrasse a editora com plenos poderes, de acordo com o projeto político da Dissidência. Desse modo, temos a figura de um editor/gerente que não era o proprietário da empresa e exercia essa função não por qualificações técnicas ou profissionais, mas sim por razões políticas.

A *Brasil Debates* teve também, além dos recursos postos à sua disposição por Maria Lúcia de Castro para o início das atividades, outro fator importante logo que começou a operar. Um de seus primeiros títulos lançados, o livro *Projeto Jari: a invasão americana*, tornou-se um *best-seller*; teve vendidos cerca de 50 mil exemplares.

Apesar desses dois fatores favoráveis, a editora em nenhum momento deixou de ser deficitária ou conseguiu se tornar auto-suficiente. Isso é justificado em parte, pelos entrevistados, pelo fato de o projeto político, e também empresarial, da editora fazer os lucros obtidos fossem sempre reinvestidos em novos projetos, muitos dos quais respondiam a uma lógica estritamente política. Com isso, parte dos lucros e dos bons resultados econômicos da editora pode ter sido aplicada em lançamentos que eram pouco rentáveis ou mesmo antieconômicos, como parece ser o caso da revista *Teoria e Política*, sempre destacada como publicação essencial da editora, mas cuja sustentação econômica era subsidiada por outros títulos.

O que fica evidente é que a empresa nunca conseguiu ser auto-sustentável. Considerando o capital inicial investido na compra de papel e na

montagem da empresa, e o fato de um de seus primeiros títulos ter tido grande sucesso comercial, é de se perguntar o que faltou para que a editora conseguisse atingir uma situação de maior estabilidade econômica. Talvez a resposta seja que faltou um perfil mais empresarial e comercial à sua gestão, faltou valorizar mais o lucro obtido e o capital investido. Enfim, faltou ver a editora mais como um empreendimento econômico e menos como mero instrumento político.

Mas a análise da atuação da Editora Brasil Debates tem aspectos também muito positivos. Se como empresa ela foi deficiente, ou seja, não conseguiu criar condições materiais para a continuidade do próprio projeto que lhe deu origem, como instrumento de agitação e disputa política parece ter cumprido seu papel. Editou alguns livros que tiveram certo sucesso de vendas e que ajudaram a apresentar publicamente temas até então não permitidos pela censura, ou que levantavam questionamentos sobre políticas desenvolvidas pelo regime militar, como é o caso do problema do menor, da questão agrária e da Guerrilha do Araguaia.

Foi de fato um pólo aglutinador, no limite de suas possibilidades, de intelectuais e personalidades de oposição ao governo, o que pode ser constatado, por exemplo, quando verificamos alguns dos autores de prefácios ou apresentações dos livros da editora: Dom Tomás Balduino, Paulo Freire, Octavio Ianni, Dom Pedro Casaldáliga, Luiz Gonzaga Belluzzo, Apolonio de Carvalho, Severo Gomes, Dalcídio Jurandir, Helena Salem, Lia Junqueira, Abguar Bastos. Da mesma forma, a lista de colaboradores da revista demonstra isso.

A revista *Teoria e Política*, por sua vez, desenvolveu um debate teórico mais denso sobre o marxismo e o socialismo, em um momento em que se iniciava de modo consistente uma avaliação crítica das experiências dos regimes do socialismo real.

Assim, a Brasil Debates teve uma atuação importante no contexto da abertura política no final dos anos 1970 e início da década de 1980, colaborando, no âmbito em que uma pequena editora de livros pode colaborar, para que os limites que se queria impor à democratização do Brasil fossem alargados.

RESUMO

Como parte de um estudo mais amplo sobre editoras de oposição no período da abertura política no Brasil (1974-1985), este artigo apresenta uma breve história da Editora Brasil Debates, cuja atuação ocorreu entre 1979 e 1982, em São Paulo. Discuto o surgimento, os objetivos e os resultados obtidos pela editora e apresento as duas versões existentes sobre as suas origens e sua relação com o PCdoB e a Dissidência do PCdoB. A fonte principal da pesquisa são os depoimentos, a mim concedidos, de alguns de seus dirigentes e colaboradores.

PALAVRAS-CHAVE

Partido Comunista do Brasil (PCdoB); história editorial; editoras de oposição; livros e política.

ABSTRACT

As part of a broader study on oppositionists' publishers during the long transition from the Military Regime to democracy in Brazil (1974-1985), this article analyses the brief trajectory (1979-1982) of Brasil Debates Press, located in São Paulo. I explore the origins, aims and outcomes reached by this press. I also present the two current versions about the connections between the Brasil Debate Press and, on one hand, the Communist Party of Brazil (PCdoB) and, on the other hand, a dissident group of this party. The main sources analyzed are oral history testimonies.

KEYWORDS

Communist Party of Brazil (PCdoB); press history; oppositionists' publishers; books and politics.

NOTAS

¹ Este artigo é uma versão modificada de um capítulo de minha dissertação de mestrado, intitulada *Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): negócio e política*, defendida em fevereiro de 2006 no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

² Doutorando do Departamento de História da FFLCH-USP. Endereço eletrônico: flamaues@terra.com.br ou flamaues@gmail.com.br.

³ Partido clandestino cujo congresso de fundação ocorreu em janeiro de 1984, tendo se autodissolvido em agosto de 1989, em seu III Congresso, decidindo “adotar o caráter de tendência interna do Partido dos Trabalhadores”. SILVA, Antonio Ozaí. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1998, p. 160 e 161; e SILVA, A. O. *História das tendências no Brasil*. 2ª ed., rev. e ampl. São Paulo, edição do autor, s/d, p. 195.

⁴ Não foi possível localizar documentação interna da editora. Dessa forma, contratos, registros contábeis e administrativos e outros materiais não foram encontrados. A única fonte localizada, além dos depoimentos e dos livros editados, foram os registros da Junta Comercial do Estado de São Paulo sobre a editora e algumas resenhas publicadas na imprensa sobre livros da editora. Além disso, no arquivo do Deops-SP, encontrei algumas referências ao principal dirigente da editora, Ozeas Duarte.

⁵ Informações que constam do Prontuário n. 01828 do Comando do II Exército, 2ª Seção. Arquivo do Deops-São Paulo, Pasta OS 1780. Arquivo do Estado São Paulo.

Essas informações foram complementadas pelo próprio Ozeas Duarte em entrevista no dia 21 de maio de 2005, em São Paulo.

⁶ Sua pena se encerraria em 1º de maio de 1977. Arquivo do Deops-São Paulo, Pasta OS 1780. Arquivo do Estado de São Paulo.

⁷ Eles estavam lá porque a VII Conferência Nacional do PCdoB ocorreu em Tirana, capital da Albânia. Essa conferência foi realizada em duas fases, a primeira em outubro de 1978 e a segunda em janeiro de 1979. Entrevista com Ozeas Duarte, 21 maio 2005. Ver também POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre da Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB*. São Paulo, 1976. 2ª ed. São Paulo: Scritta, 1996, p. 135. Houve uma nova edição deste livro em 2007 (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo).

⁸ Entrevista com Ozeas Duarte, 21 maio 2005. Todas as demais citações de Ozeas Duarte que não contiverem identificação de fonte são oriundas dessa entrevista.

⁹ Entrevista com Carlos Eduardo Carvalho, em São Paulo, 11 abr. 2005. Todas as demais citações de Carlos Eduardo Carvalho que não contiverem identificação de fonte são oriundas desta entrevista.

¹⁰ Entrevista com Ronald Rocha, por telefone, 27 jul. 2005. Todas as demais citações de Ronald Rocha que não contiverem identificação de fonte são oriundas dessa entrevista.

¹¹ Em favor da versão de Ozeas Duarte temos o fato de que ele é apontado de modo unânime como a pessoa mais bem informada sobre a editora. José Carlos Giannini, Ronald Rocha e Igor Fuser não tiveram dúvidas, durante as entrevistas, em apontar Ozeas Duarte como a “história viva” da Brasil Debates, aquele que a acompanhou desde sua concepção até seu final. Mesmo Carlos Eduardo Carvalho não contesta essa condição de Ozeas Duarte. Já em favor da versão de Carlos Eduardo Carvalho pesa o fato de que Ronald Rocha, Sérgio Miranda (ver nota 16) e Wladimir Pomar (em mensagem eletrônica, 14 set. 2005), que participaram da Conferência do PCdoB da Albânia, não corroboram a versão de Ozeas Duarte. No caso de Ronald Rocha, ele ressalva que participou apenas da segunda parte da conferência, ou seja, não a acompanhou na totalidade.

¹² Informação obtida na página eletrônica da editora, disponível em <www.anitagaribaldi.com.br>. Acesso em 31 ago. 2005.

¹³ Valor equivalente a cerca de 57,4 mil dólares em julho de 1979. Como veremos adiante, Ozeas Duarte acha que Maria Lúcia de Castro de fato repassou à editora cerca de Cr\$ 1 milhão, que seriam equivalentes 38,3 mil dólares em julho de 1979. Utilizei como referência a cotação oficial do dólar mês a mês publicada no *site* www.psj.com.br. Todas as conversões de cruzeiros para dólar foram feitas com base nessa tabela. Valor do dólar em julho de 1979: Cr\$ 26,115.

¹⁴ Entrei em contato com Maria Lúcia de Castro, que ainda hoje reside em Salvador.

Em maio de 2005 enviei uma mensagem eletrônica para ela, informando meu interesse em entrevistá-la para este trabalho. Sua resposta foi de que não tinha nenhuma vontade de falar sobre o assunto, que não lhe trazia boas recordações. Ainda insisti, em uma segunda mensagem, sobre a importância de ela contar a sua versão da história, mas neste caso não obtive sequer uma resposta a meu apelo.

¹⁵ Em seu último mandato representando o estado de Minas Gerais (2003-2006), Miranda trocou o PCdoB pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), em setembro de 2005.

¹⁶ Em mensagem via correio eletrônico com o então deputado federal Sérgio Miranda, este negou que tenha feito esse contato e participado da articulação da editora. Segundo ele, a editora já foi articulada “pelo pessoal da Dissidência”. Mensagem eletrônica enviada em 29 de junho de 2005 pela assessora do deputado, Gisela Mendonça.

¹⁷ Uma versão muito próxima à de Ozeas Duarte sobre o processo de ruptura do PCdoB que levou à criação da Dissidência pode ser vista em POMAR, *op. cit.*, p. 119-144.

¹⁸ As melhores fontes para esse episódio são POMAR, P. E. R., *op. cit.*, e POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.

¹⁹ Secretário-geral do Partido do Trabalho e dirigente máximo da Albânia nos anos 1970. Nessa época, o PCdoB se alinhava com a Albânia, que era considerada “o farol do socialismo” no mundo.

²⁰ O livro acabou sendo publicado no Brasil pela Editora Anita Garibaldi, em 1980.

²¹ Um relato mais detalhado sobre a história da Dissidência e as questões político-ideológicas presentes neste debate pode ser visto em SILVA, A. O. *História das tendências no Brasil*, p. 40-44.

²² OLIVEIRA, Fabiana Pires de. *O PCdoB e o Araguaia: a dissidência interna de 1979-1984*. Dissertação de Mestrado em História. Passo Fundo: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 16.

²³ POMAR, *op. cit.*, p. 130.

²⁴ OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 16.

²⁵ As editoras Alfa-Ômega e Global eram duas das mais atuantes editoras de oposição do período.

²⁶ Entrevista com José Carlos Giannini em São Paulo, 31 maio 2005. Todas as demais citações de José Carlos Giannini que não contiverem identificação de fonte são oriundas dessa entrevista.

²⁷ Entrei em contato com Magalhães, que ainda atua como advogado em São Paulo. Fui recebido por ele em seu escritório, em 5 de julho de 2005. Todavia, Magalhães não quis gravar entrevista e pouco falou sobre sua relação com a Editora Brasil Debates e a revista *Teoria e Política*. Disse que havia sido apenas um colaborador da revista: “Escrevi um ou outro artigo.” Sobre a Brasil Debates, fez questão de ressaltar

que utilizou recursos próprios para se tornar-se seu sócio majoritário, que o dinheiro era seu, não o havia recebido de ninguém. Afirmou que não sabia que a editora havia sido criada pela direção do PCdoB. Dessa forma, infelizmente, também não se pôde contar com o testemunho do segundo financiador da editora.

²⁸ Entrei em contato com Ary Normanha por telefone e cheguei a lhe enviar um questionário por correio eletrônico. No entanto, ele não respondeu e não deu mais retorno às minhas mensagens e ligações.

²⁹ Entrevista com Igor Fuser em São Paulo, 31 mar. 2005. Todas as demais citações de Igor Fuser que não contiverem identificação de fonte são oriundas desta entrevista.

³⁰ O conselho editorial apresentado no número 1 da revista era o seguinte: Adelmo Genro Filho, Afonso Araujo Filho, Armando Boito Jr., Caio Navarro Toledo, Carlos Magalhães, César Queiroz Benjamin, Daniel Aarão Reis, Décio Saes, Edimilson Carvalho, Horácio Martins de Carvalho, Jair Ferreira de Sá, Jorge Eduardo Durão, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, Nelson Levy, Ozeas Duarte, Pedro Bocaiúva, Pedro Castro, Roberto Martins, Ronald Rocha, Sérgio Weigert e Tibério Canuto.

³¹ Entrevista com Ozeas Duarte, 21 maio 2005, e por correio eletrônico, 31 ago. 2005.

³² Entrevista com Ozeas Duarte por correio eletrônico, 31 ago. 2005.